ANA AMÉLIA
GOVERNADORA

VICE **CASSIÁ** SENADORA **SIMONE**

11

COLIGAÇÃO ESPERANÇA QUE UNE O RIO GRANDE

ELEIÇÕES 2014
ANA AMÉLIA GOVERNADORA – PP/11
DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO
COLIGAÇÃO ESPERANÇA QUE UNE O RIO GRANDE
PP-PRB-PSDB-SOLIDARIEDADE

DA ESPERANÇA NASCEU O RIO GRANDE

A história do Rio Grande foi escrita com as tintas da ESPERANÇA! Esperança traduzida em princípios de liberdade, igualdade e humanidade, impressos na nossa bandeira. Esperança que transbordou no sonho dos imigrantes europeus que escolheram o extremo sul do Brasil em busca de uma vida melhor para suas famílias e seus descendentes. Juntaram-se aos índios que aqui já viviam, aos colonizadores portugueses e espanhóis e aos africanos. Milhares de famílias, dezenas de nações, inúmeras diferenças culturais, e o mesmo sentimento: **a esperança** que hoje também continua tomando conta do coração dos gaúchos.

Nossa história foi moldada na coragem, no trabalho e na esperança. A esperança de uma relação mais justa entre o estado e a federação deu origem à Revolução Farroupilha, em 1835. A esperança de uma vida próspera levou o nosso povo a colonizar o oeste do país, expandindo as fronteiras agrícolas do Brasil, e fazendo do Rio Grande uma nação! Os filhos do Rio Grande são gaúchos em qualquer lugar do mundo!

Essa mesma esperança nos une ainda mais em 2014, e faz com que acreditemos na possibilidade de um governo à altura dos gaúchos, e do tamanho do Rio Grande.

O Rio Grande não quer nada que não seja seu de direito. Espera um governo transparente e eficiente. Que seja capaz de resolver os problemas da sociedade, de forma colaborativa. Os gaúchos, reconhecidos, no país, pela seriedade, pela coragem e pelo trabalho, querem ajudar nessa construção. Precisam, além da esperança, estabelecer uma relação de confiança com os seus governantes.

É em nome dessa grande esperança que o Partido Progressista (PP), o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Solidariedade apresentam suas diretrizes para a construção de um programa de governo para os gaúchos.

COLABORAÇÃO MELHORA A VIDA DAS PESSOAS

O Rio Grande do Sul precisa voltar a ser um exemplo em qualidade de vida e desenvolvimento para o Brasil. Nosso Estado, que já esteve em primeiro lugar no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) nacional, agora está na quarta posição. Os gaúchos, apesar de pagarem cada vez mais impostos, recebem do governo serviços de saúde, educação e segurança, cada vez piores. Já nos orgulhamos de uma infraestrutura moderna e bem conservada, mas agora, transitamos em estradas mal conservadas, esburacadas e perigosas, e ainda pagamos pedágio por isso. Estes são apenas exemplos de problemas públicos que não têm sido resolvidos pelo atual governo. Um programa de governo à altura do Rio Grande e

dos gaúchos precisa apresentar propostas concretas para melhorar essa situação.

Precisamos iniciar um novo ciclo de desenvolvimento em nosso Estado. Mas para que isso aconteça, o governo tem que funcionar de forma eficiente, oferecendo serviços públicos de qualidade para as pessoas. Essa será a nossa prioridade: investir na qualidade dos serviços que são prestados ao cidadão, para gerar desenvolvimento humano. Acreditamos que o Estado do Rio Grande do Sul pode retomar os rumos do desenvolvimento, no curto prazo, se investirmos em nossa principal matéria-prima: os gaúchos.

Todos nós trabalhamos muito, fazemos a nossa parte, e o governo também precisa fazer a dele. Nos últimos anos, desde a estabilidade econômica, a vida das nossas famílias melhorou bastante, mas apenas da porta pra dentro. Da porta para fora, as coisas não funcionam. Por isso, entendemos que está na hora de promover a verdadeira mudança. E esta transformação só poderá ser feita através de um governo colaborativo, em que cada indivíduo se torne um agente capaz de cobrar, sugerir e dialogar com o seu governante.

O conceito de GOVERNO COLABORATIVO SOLIDÁRIO é uma evolução dos mecanismos de participação social, em que o cidadão deixa de ser apenas um participante da tomada de decisões para ser o protagonista da construção de um Estado que realmente cuida das pessoas.

O Rio Grande não é inviável, precisa apenas parar de adiar as soluções dos seus problemas. Somos um Estado com forte tradição associativa. Sempre que é necessário, deixamos as diferenças de

lado, para unirmos em torno de objetivos maiores. Foi isso que fizemos nos últimos meses, quando estivemos ouvindo a sociedade gaúcha através de suas associações, federações, sindicatos, ONGs e movimentos sociais. Todas elas ofereceram sugestões que estão contempladas nestas diretrizes para a construção do programa de governo.

Programa, que estará em permanente construção, durante toda a campanha eleitoral. Agora, é a vez de você colaborar! Leia as próximas páginas, conheça nossas propostas, e experimente como é fazer parte de um governo em www.anaamelialemos.com.br.

GOVERNO COLABORATIVO É GOVERNO QUE FUNCIONA

PRINCÍPIOS PARA MELHORAR A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Serão adotados princípios de um **GOVERNO COLABORATIVO**, que garantam o aumento da eficiência administrativa, elevando a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, paralelo à contenção de gastos, garantindo resultados positivos para a sociedade. Esses princípios são:

1. **COLABORAÇÃO:** Todo cidadão do Estado do Rio Grande do Sul fará parte do governo, e terá voz e vez, através de canais de diálogo social que diminuirão a distância entre o governo e a população. Todos terão condições de colaborar com a construção de um estado melhor para viver através das suas opiniões, sugestões, críticas e projetos. A sociedade terá protagonista do seu próprio destino.

   Cada gaúcho poderá se manifestar sobre os problemas públicos do Estado, e obterá a devida resposta do governo. Acreditamos que as soluções para o Rio Grande dependem diretamente da união de esforços sociais.

   Temos tradição associativa. Aqui foram fundadas as primeiras cooperativas do país. Nossos sindicatos, associações e movimentos sociais são atores importantíssimos do processo de desenvolvimento, e temos o privilégio de contar com um terceiro setor forte e atuante. Precisamos de um governo que resgate essa tradição.

2. **CONFIANÇA:** A sociedade gaúcha irá colaborar com o seu governo por que será prioridade a manutenção da confiança entre os representantes e os seus representados. O governo, nada mais é, do que a instituição em que a sociedade confia parte do resultado do seu trabalho para encontrar soluções para problemas coletivos. Essa relação de confiança será mantida. Todos os atos de governo serão executados com base no cumprimento da palavra e da transparência.

3. **CUMPRIMENTO DA PALAVRA:** Significa manter a tradição gaúcha de honrar o fio do bigode. O que é dito, tem que ser cumprido.

4. **TRANSPARÊNCIA:** Significa que tudo o que for feito pelo governo, precisa ser levado ao conhecimento da sociedade.

5. **EFICIÊNCIA e QUALIDADE NO INVESTIMENTO:** A sociedade é a grande chefe do governo. O governo deve trabalhar com a eficiência para gerar resultados melhores, a custos menores, para a sociedade. Atualmente, o gestor é avaliado pelo volume de recursos que aplica. Ninguém se preocupa com a qualidade desse gasto. No sistema de hoje, o bom gestor é o que gasta mais, e não há mecanismos para avaliar a qualidade do gasto. Queremos mudar essa lógica, cuidando da qualidade dos gastos públicos. As instituições públicas do governo estadual terão incentivos para economizar recursos, e autonomia para decidir, junto à sociedade, como investir melhor os recursos economizados.

6. **VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES:** Criação de um sistema de incentivos à produtividade do serviço público. Um sistema justo, onde quem trabalha melhor e produz bons resultados

para a sociedade, merece recompensa. Os servidores públicos estaduais precisam voltar a sentir orgulho de trabalhar para o Estado. O governo, por sua vez, precisa valorizá-los e diminuir a distância entre os gestores e os servidores.

7. **REDUÇÃO DO NÚMERO DE SECRETARIAS E DE CARGOS EM COMISSÃO:** Um governo precisa servir à sociedade, e não aos partidos políticos. A redução do número de secretarias e de cargos em comissão, além de gerar economia de recursos para investimentos, aumenta a governança e o controle social. Com um número menor de secretários, o governo e a sociedade saberão exatamente quem é o responsável por cada área, aumentando a responsabilidade dos gestores.

8. **PROFISSIONALISMO:** Os gestores públicos serão escolhidos com base em critérios técnicos, e não por indicações políticas. Serão avaliados os currículos, a formação específica para a área, a capacidade de gestão e liderança, e as experiências anteriores do candidato.

9. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:** As ações de governo serão realizadas com base em ferramentas modernas de administração pública, que proporcionam a tomada de decisões com base em planejamento construído com a sociedade. Esse planejamento será monitorado através de indicadores de resultado e desempenho, que irão informar a sociedade o andamento dos projetos de governo.

10. **INOVAÇÃO:** Para simplificar a burocracia estatal, aumentar a segurança jurídica, e encontrar novas maneiras para resolver velhos problemas, usando a tecnologia da informação (TI) para qualificar o serviço público.

11. **COOPERAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS:** É no município que a vida acontece. É no município que as riquezas são geradas e onde os investimentos fazem a diferença na vida dos cidadãos. Os municípios são eficientes na alocação de recursos, pois conseguem acompanhar de perto a execução de obras e a prestação de serviços públicos. Nosso governo atuará, sempre que possível, em cooperação com os municípios. Estimularemos a formação de consórcios regionais para resolver os problemas dos pequenos municípios, que, juntos, obterão melhores resultados para a população.

ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. *INVESTIR NAS PESSOAS PARA INICIAR UM CICLO VIRTUOSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL*

"A questão que se coloca é se o Brasil está viabilizando a transformação social da vida dos mais pobres ou se está fazendo só a gestão diária da pobreza, sem, porém, superá-la"

Senador Aécio Neves

Ao falarmos em desenvolvimento humano e social, impossível dissociarmos este tema fundamental do combate permanente à pobreza. Nosso senador Aécio Neves acerta ao destacar o ponto central desse processo. O Brasil está realmente viabilizando a transformação social da vida dos mais pobres?

Ao deslocarmos a discussão para o âmbito estadual podemos replicar a reflexão. O combate efetivo à pobreza vai além da transferência de renda. Deve ser um compromisso de governo que contenha um conjunto de proteções e seguranças sociais. Quem recebe os recursos do Bolsa Família, por exemplo, deve também ter acesso às garantias sociais, de habitação, saúde, educação, entre outras. A pobreza precisa ser compreendida também na sua dimensão de privação de oportunidades, direitos e serviços.

O Rio Grande precisa de políticas sociais complementares que garantam à população atendida o direito de se emancipar. Não podemos nos contentar apenas com a perpetuação da tutela do Estado, que tem prevalecido no atual ciclo de governo. Em respeito às famílias gaúchas, precisamos avançar além do processo de gestão diária da pobreza.

Quando falamos em família, estamos destacando o núcleo mais importante da sociedade. Somente uma família fora da vulnerabilidade social tem condições de transformar seus filhos em cidadãos. Um governo realmente comprometido com a sociedade precisa formular ações de geração de emprego e renda que possam libertar as famílias desse ciclo de dependência de um complemento de renda para a sua sobrevivência. Ao estabelecer condições para o início de um ciclo desenvolvimento sustentável, com foco no cidadão, estaremos aprofundando a busca de soluções para demandas históricas da sociedade. Ao prover o cidadão de serviços básicos de qualidade nas áreas de educação, saúde, segurança, saneamento e habitação, teremos as condições necessárias para darmos um salto emancipatório para milhares de famílias gaúchas, garantindo o insumo básico para o início da verdadeira transformação social que o estado precisa.

Prioridade para a criança, o jovem e o adolescente

Qualquer governo que pretenda estabelecer um ciclo de desenvolvimento social sustentável, precisa, necessariamente, investir em políticas públicas para suas crianças, jovens e adolescentes. É nessa faixa etária que uma sociedade define como será o seu futuro. Investimentos em educação, cultura e lazer e assistência social, transformam realidades, refletindo diretamente

na diminuição dos índices de violência urbana, além de contribuir no fortalecimento dos núcleos familiares, base de qualquer sociedade.

Rede de Proteção às Famílias

Uma das causas mais importantes para a grave situação social em que vivemos é a crescente desagregação familiar. O conceito de família perdeu valor e, junto com ele, a sociedade perdeu outros valores, como união, solidariedade, afeto e respeito.

A família é a base da sociedade. É o núcleo onde os seres humanos encontram abrigo e proteção durante a infância e a adolescência. É nela que o indivíduo se prepara para se tornar cidadão, e ter um convívio pacífico e produtivo com os seus semelhantes. Infelizmente, nem todas as famílias possuem estrutura adequada, capaz de garantir a formação de cidadãos aptos ao convívio social. Essa situação gera grande parte dos problemas contemporâneos, como a pobreza e a violência.

Hoje, o que se vê é uma legião de jovens sem perspectiva para a sua trajetória de vida. A falta de uma formação adequada restringe oportunidades para essa parte da população. Promover a inclusão produtiva dessa juventude é um dever do estado e um direito desses cidadãos. Educação em tempo integral, ensino técnico e profissionalizante, programas voltados à cultura e ao esporte, políticas de assistência social e de saúde pública tiram as crianças das ruas, afastando-os da marginalidade, das drogas e demais chagas sociais.

Para mudar este cenário desolador que enfrentamos hoje no estado, a Coligação Esperança que une o Rio Grande propõe a criação da Rede de Proteção à Família, uma ampla rede de proteção social, onde o estado investirá os recursos necessários para integrar e ampliar as ações nas áreas de assistência social, segurança alimentar, saúde, educação, segurança, esporte e lazer e saneamento básico. Esta rede vai devolver a tranquilidade para as famílias gaúchas. Seus filhos poderão crescer, se desenvolver profissionalmente e contribuir com o ciclo virtuoso de desenvolvimento que pretendemos implantar no estado a partir de 1 de janeiro de 2015.

EDUCAÇÃO

Há muito que a Educação deixou de ser uma área desejada pelos jovens, homens e mulheres, que saem em busca de uma profissão. A crise do setor foi cronificada por décadas de omissões dos governantes que se sucederam, sem que nenhuma ação efetiva fosse planejada, implantada e monitorada, afim de que se desse a devida relevância às condições de trabalho dos profissionais do ensino, professores(as) e demais agentes do quadro docente.

A conseqüência desse “vazio”, entre o que era o cenário do ensino público na década de 60, com escolas novas e bem equipadas e professores bem pagos e motivados e os dias de hoje, é o que se pode chamar de desmantelamento progressivo nos quadros funcionais do Ensino Público, acarretando graves prejuízos na qualidade da educação, com permanente desvalorização do papel dos professores e de sua carreira.

É incontestável que as condições de trabalho na sala de aula são precárias. As razões são básicas e evidentes: os professores permanecem ao longo dos anos com salários baixos e defasados, e o que é ainda mais danoso: com o tempo perderam a esperança de que essa situação se reverta.

Plano Resgate da Educação Pública

Pela radicalidade dos problemas, só mesmo uma revolução no ensino é capaz de trazer mudanças reais e proporcionais à gravidade do cenário em que a Educação Pública no país, e no estado, se encontra.

Com pragmatismo, empenho e perseverança, é possível dar início à construção de um novo ciclo do mapa da Educação gaúcha. Entendemos que transformações, para serem eficazes e duradouras, muito mais que arregaçar mangas, resultam da qualidade das inteligências convocadas e envolvidas na formulação de um plano factível e abrangente. Portanto o Plano Resgate da Educação Pública tem origem na excelência dos agentes, dos cérebros vocacionados e dotados de legítima autoridade nas diversas disciplinas. Nesse caso, a sinceridade e a vontade em atacar os problemas levantados, são ferramentas indispensáveis, sem as quais toda a ação será pífia.

Programa de forte impacto emergencial

As evidências de alguns dos problemas históricos e mais conhecidos, permitem a implantação imediata de programas emergenciais que, não só levam alívio imediato à toda a categoria

como reacende a esperança de que surgiu um fato novo que pode afetar a vida de todos.

Plano Estadual de Educação

Discutir com a comunidade escolar, o Plano Estadual da Educação. Governo Colaborativo, na área da educação, significa a abertura de um diálogo permanente com a comunidade escolar. Onde todos os profissionais de educação serão protagonistas na solução dos problemas históricos da educação pública gaúcha. Com a adoção das práticas previstas na concepção do Governo Colaborativo, todo o processo será ágil, desburocratizado, com menor interferência nas escolas e maior autonomia.

Capacitação do corpo docente

Somente com um forte investimento na capacitação dos professores teremos os nossos mestres motivados e em condições de passarem aos alunos a formação tão importante para o desenvolvimento do nosso estado. Isso implica em:

- Criar um programa estadual de formação de professores, com a formação continuada, presencial e à distância, que permita a formação de novos professores e a qualificação profissional dos atuais profissionais da rede de ensino;

- Dotar os profissionais da educação de equipamentos que facilitem o acesso às novas tecnologias e à informação.

- Investir na criação de cursos de formação continuada, vinculados à sala de aula e à melhoria da aprendizagem.

- Instituir um programa de qualificação de recursos humanos para os profissionais que atuam na área de educação especial, para a formação de uma cultura inclusiva nas escolas.

Atualização da grade curricular

Somos testemunhas de um tempo onde a informação circula em grande velocidade. A necessidade de atualização é constante. O que é moderno hoje será passado amanhã. É fundamental que nossos alunos estejam preparados para os desafios permanentes inseridos nesta realidade. Somente com a formação de profissionais capacitados e sintonizados na velocidade dos acontecimentos é que nosso estado terá condições de dar o salto de desenvolvimento tão sonhado pelos gaúchos.

Ensino técnico e profissionalizante

Nem só da formação acadêmica virão os cérebros que ajudarão a colocar o estado em um novo patamar de desenvolvimento. O ensino técnico é fundamental para que os diversos setores produtivos do Rio Grande possam contar com profissionais capacitados para este novo momento do estado que queremos construir.

Para isso, vamos implantar o **Fórum Permanente da Educação Profissional**, onde entidades como SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SEBRAE, SESCOOP, SUEPRO e IFETES atuarão integradas na

identificação das necessidades de empregabilidade dos agentes dos diversos setores produtivos do estado. Em paralelo, o Fórum coordenará as ações de qualificação profissional e direcionará os alunos diretamente para o mercado de trabalho.

Escolas em tempo integral

Vamos investir na ampliação das escolas em tempo integral, com cumprimento das quatro horas diárias obrigatórias de trabalho escolar e oferta de atividades complementares no contraturno, para reforço e recuperação escolar.

Educação à distância

Promoveremos a educação à distância, com interatividade, acesso às tecnologias, mediante a implantação de uma rede estadual a qual se integrem Universidades, Institutos de Ensino e Pesquisa, Unidades de Ensino, etc.

Infraestrutura das escolas

O resgate da educação pública passa também pela qualificação dos espaços escolares. A recuperação dos prédios, um problema antigo e que se repete a cada administração, será enfrentado sem rodeios. **As escolas serão recuperadas e abertas às comunidades em horários extracurriculares, inclusive aos finais de semana.** Atividades culturais, de esporte e lazer, farão parte das rotinas dos jovens afastando-os da ociosidade, da marginalidade e das drogas.

Segurança nas escolas

Aumentaremos o efetivo da Brigada Militar nas escolas para coibir com mais intensidade a entrada das drogas e para garantir a segurança da comunidade escolar.

CULTURA, ESPORTE E LAZER

Cultura: um direito de todos

Nosso estado tem uma bonita história de preservação de suas origens e tradições culturais. Cabe ao Governo Estadual a definição de políticas culturais que valorizem os talentos locais, oferecendo liberdade e autonomia aos artistas, para que a criatividade floresça pelos quatro cantos do Rio Grande. O objetivo principal de uma política cultural é o de criar condições para a sua produção e veiculação. Deve ser plural, criando espaços para a manifestação cultural em diversas áreas, seja na música, dança, artes plásticas, artes visuais, cultura de rua, literatura, entre outras formas de expressão cultural.

Ampliação da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, democratizando o acesso aos recursos, contemplando a diversidade cultural e artística do estado, evitando o privilégio à determinados grupos ou pessoas que possam ter maior grau de articulação.

Esporte e lazer

Uma política pública de esporte e lazer deve ser estabelecida sob o prisma comunitário e sócio-educacional. Nesse sentido, será

necessário democratizar a prática esportiva, difundi-la nos diferentes níveis de ensino. Além disso, a elaboração dessas políticas deve contar com a participação de federações esportivas e profissionais de educação física. Essa integração vem ao encontro do Governo Colaborativo que estamos propondo, onde a sociedade é ouvida e colabora na construção de políticas mais democráticas. Entendemos que o esporte é um fator preponderante de integração social, afastando, principalmente, a juventude dos riscos às drogas e outros males sociais, além de promover hábitos saudáveis e qualidade de vida.

SAÚDE

Um direito constitucionalmente assegurado na constituição

Há mais de vinte anos, a constituição de 1988 reconheceu a saúde como direito de todos e dever do estado. Ao implantar o Sistema Único de Saúde, os constituintes imaginavam que o estado iria prover o cidadão e iria ser atendido de forma indiscriminada, incondicional e gratuita. Infelizmente, o que vemos hoje, no Brasil e no Rio Grande, é que a louvável iniciativa dos constituintes está longe de ser realidade. O atendimento está universalizado, porém a qualidade dos serviços expõe o desrespeito aos cidadãos e a irresponsabilidade do estado com a vida humana. Precisamos reverter este quadro urgentemente, para salvar vidas e garantir os direitos básicos das pessoas.

Rede Integrada de Saúde Pública

Só com a integração de toda a cadeia da saúde poderemos romper com a inércia histórica na má prestação dos serviços essenciais na área da saúde. Estabelecer um fluxo de prioridades, com ênfase na porta de entrada dos cidadãos no sistema, ajudará a tornar o processo mais eficiente. A integração elimina a duplicidade de iniciativas e recursos, diminuindo o custo para manter o sistema. Com uma cadeia produtiva mais inteligente, teremos mais recursos para ampliar a oferta de serviços, investir na construção de novas instalações e estabelecer políticas de valorização dos profissionais da saúde.

Quando falamos na ênfase na porta de entrada dos cidadãos no sistema, estamos nos referindo a estabelecer um modelo com foco na atenção básica, no acesso às Unidades Básicas de Saúde (UBS), equipes de saúde da família, ambulatórios de programas preventivos e equipes de atendimento domiciliar, bem como diagnóstico e tratamento especializados. Com um eficiente trabalho das equipes de saúde da família, UBS em estado de conservação adequadas, equipadas e com profissionais motivados e qualificados, teremos a diminuição das filas nos hospitais e do transporte de pacientes dos pequenos municípios para os grandes centros, superlotando o sistema.

Descentralização do atendimento

Regionalizar os serviços de saúde como eixo estruturante da descentralização do atendimento – estender as redes de alta complexidade e o acesso aos serviços médicos especializados, com

incorporação de tecnologia adequada a todas as Macroregiões de Saúde.

Atenção de média e alta complexidade

Estruturar o Sistema de Regulação Hospitalar e Ambulatorial para que priorizem a garantia de acesso da população e não a restrição de custo, otimizando a utilização das estruturas hospitalares ociosas.

Promover a autogestão nos hospitais do estado.

Modernizar a gestão de hospitais, incentivando o desenvolvimento de novos modelos de administração.

Empreender esforços no sentido aumentar o número de leitos de UTI em função do envelhecimento da população.

Saúde complementar para a população de baixa renda

Apoiaremos as instituições da sociedade civil que prestam serviços à população de baixa renda, de forma complementar ao atendimento público, com recursos do Fundo Social.

Criação de programas voltados às crianças e adolescentes carentes nas seguintes áreas: saúde na escola, reabilitação nutricional, prevenção à mortalidade na infância, crianças e adolescentes em situação de rua.

Atendimento materno-infantil

Implantação de Centros de Referência para Atendimento Infantil;
Desenvolvimento de ações voltadas à atenção pré-natal, extensiva ao parto;
Incentivar e apoiar os serviços de saúde desenvolvidos por organizações comunitárias, com ênfase no aleitamento materno;
Ampliar os serviços de reidratação oral;
Ampliar o programa de prevenção e recuperação nutricional para gestantes, nutrizes e crianças menores de um ano;
Reduzir a mortalidade e internações de crianças com menos de cinco anos.
Garantia de serviços de pré-natal com qualidade;
Ampliação dos programas de prevenção do câncer de mama e colo do útero, bem como atenção à saúde do homem na prevenção ao câncer de próstata.

Política de Saúde Mental

Desenvolver uma política integral de saúde mental, contemplando os pacientes em sofrimento psíquico e dependentes de álcool e drogas. Criar uma rede de atendimento complementar que inclua estruturas de atendimento de urgência, atenção domiciliar, atendimento ambulatorial especializado e multidisciplinar, internação em hospitais gerais, internação em hospitais especializados e em comunidades terapêuticas.

Medicamentos

Criação de um sistema inteligente que administre a logística da compra e distribuição de medicamentos, acabando com o desperdício de materiais ou com a falta deles, que tantos transtornos trazem a milhões de pessoas.

SEGURANÇA

Não há como negar que, hoje, o gaúcho é um cidadão com medo. A insegurança atinge níveis alarmantes. É preciso uma intervenção urgente nas práticas adotadas para a área de segurança pública. A sociedade clama por uma resposta que diminua a violência e que devolva o direito básico de ir e vir às pessoas.

São necessárias amplas ações integradas, inicialmente nas regiões mais conflagradas, para que tenhamos a diminuição do sentimento de insegurança latente na sociedade.

Gestão Integrada da Segurança

Uma gestão integrada da segurança economiza recursos, possibilitando maiores investimentos e uma maior inteligência do sistema. Esta gestão deve envolver a polícia civil, a Brigada Militar, a guarda municipal, o Ministério Público, o poder judiciário, a Polícia Federal, as secretarias municipais e a sociedade civil organizada.

Inteligência policial

Fortalecer o trabalho de inteligência policial nas duas polícias, que deverão atuar integradas visando controlar a criminalidade. O trabalho de inteligência atua junto à formação de crimes de maior potencial ofensivo e que causa maiores danos à sociedade e ao cidadão, como quadrilhas, tráfico de drogas, etc.

Ações preventivas

Intensificar, em todo o estado, as operações de desarmamento, as “blitz” em vias públicas, ônibus e táxis; a ação de barreiras policiais, as operações de proteção a bancos e postos de gasolina e o enfrentamento ao contrabando;

Diminuir a defasagem de pessoal

Diminuiremos a defasagem do quadro de pessoal, através de concurso público para contratação de novos policiais e bombeiros. Uma polícia ostensiva, capaz de prevenir delitos, impõe contingente que possa fazer frente ao crime.

Justiça salarial

Os servidores serão valorizados através de uma política salarial justa. Policial que mal ganha, mal trabalha, e fica sujeito ao risco da corrupção.

Construção de presídios

A concentração da população carcerária em poucos estabelecimentos prisionais, com condições precárias de segurança e condições subumanas aos apenados, constitui em um risco permanente. A construção de presídios regionais e a recuperação dos já existentes permitem, além do aumento do número de vagas, o controle do desenvolvimento da escola do crime.

Combate ao tráfico de drogas

As drogas, principalmente o crack, tornaram-se uma epidemia nas cidades gaúchas. Além de um problema de segurança, trata-se de um problema de saúde pública. Mais uma vez, a integração de diversas instâncias públicas é o caminho para um combate eficaz ao tráfico, com a capacitação do efetivo policial para enfrentar o problema e o apoio das demais áreas envolvidas no tema como psicólogos, assistentes sociais, etc.

Polícia Cidadã

O enfrentamento à criminalidade se dá através dos mecanismos tradicionais, como a força policial. Porém, quanto maiores forem os investimentos na inteligência policial como ferramenta de solução de delitos, mais a polícia pode atuar como polícia comunitária e cidadã, ficando mais próxima das comunidades, garantidora dos direitos humanos e dos princípios de cidadania. Instalar os Conselhos de Segurança em bairros e municípios é uma ação que fortalece esse conceito de atuação policial.

Qualificação profissional

O enfrentamento da marginalidade requer uma capacitação permanente, principalmente por parte do policiamento ostensivo. Policial despreparado intelectualmente, ao contrário de ser um defensor da sociedade se torna um risco em potencial. Atualizar e aperfeiçoar o conhecimento dos policiais deve ser uma meta constante, pois quanto maior o preparo dos profissionais, maior a possibilidade de resultados positivos para toda a sociedade.

Transparência e combate à corrupção

As Corregedorias terão toda a liberdade de efetuar com responsabilidade o seu trabalho, e sem patrulhamento. Também serão equipadas e preparadas para que as distorções no sistema sejam minimizadas e que a polícia possa estar cem por cento voltada para sua missão maior que é prover os gaúchos de segurança e tranquilidade.

GARANTIR DIREITOS

Proteção à Mulher

A violência contra a mulher é um chaga social silenciosa que atinge inúmeras gaúchas. Garantir uma rede que garanta proteção às mulheres será prioridade no nosso governo.

Igualdade racial

Respeitar à diversidade de raça é um sinal evidente do amadurecimento de uma sociedade. Combater a discriminação à população negra e indígena e assegurar o direito de todos se manifestarem livremente são compromisso que assumimos com a sociedade gaúcha.

Garantia dos direitos das minorias

Respeito à diversidade: promover a ampla liberdade de expressão das minorias é um dever do estado. A violência praticada contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais será combatida implacavelmente no nosso governo. Todo e qualquer cidadão tem o direito de se manifestar sem que sofra preconceito de qualquer espécie.

Acessibilidade para Pessoas com Deficiência

É dever do estado promover políticas públicas que atenuem as dificuldades enfrentadas pelas pessoas portadoras de deficiência. Em especial em relação à acessibilidade. Às pessoas com deficiências têm direito à inserção na vida econômica e social com oportunidade para desenvolvimento de suas habilidades. As pessoas com deficiência devem ter assegurada acessibilidade nas áreas públicas de responsabilidade do estado e do setor privado.

Da mesma forma, o estado deve estabelecer políticas e leis que assegurem às pessoas com deficiência o livre acesso aos veículos de transporte coletivo, bem como, aos cinemas, teatros e demais casas de espetáculos públicos, garantindo, desta forma, a inclusão social, o direito de ir e vir e o acesso às atividades de cultura e entretenimento.

2. *EMPREENDEDORISMO GERADOR DE CRESCIMENTO ECONÔMICO, OPORTUNIDADES DE TRABALHO, E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA*

O Rio Grande do Sul, segundo os dados consolidados para todos os estados da Federação, possui o 4° maior PIB do Brasil e o 5° maior PIB per capita. Em números absolutos, o PIB gaúcho atingiu R$ 312 bilhões em 2013, o que representa uma fatia de 6,4% do nacional.

Analisando os dados ao longo do tempo, contudo, percebe-se uma piora paulatina do Estado na relação com outros entes da Federação nas últimas décadas. À parte de efeitos conjunturais importantes para determinar seu desempenho econômico, a grave situação das finanças públicas estaduais, tratada em seção específica, vem pesando sobre o crescimento.

Entre 1985 e 2013, o PIB gaúcho apresentou crescimento real acumulado de 91,8%, enquanto o PIB brasileiro cresceu 112,9%. Com isso, nesse período, o Rio Grande do Sul perdeu cerca de 1,5 ponto percentual de participação no PIB nacional, o que equivaleu, em 2013, a cerca de R$ 70 bilhões, ou 25% do produto gaúcho.

Considerando apenas a Região Sul do País e, portanto, desconsiderando o efeito de maior crescimento dos Estados mais pobres de Norte e Nordeste nos últimos anos, também se verifica perda relativa do Rio Grande do Sul. O Estado cai de uma participação de 43,6% no PIB da Região em 1995 para 39,2% em 2011 (último ano de informações disponíveis), segundo dados do IBGE.

Essa perda de espaço no PIB nacional se reflete também nos indicadores sociais do Estado.

Analisando os dados do iRS, indicador de desenvolvimento estadual da PUCRS que se aproxima do índice de desenvolvimento humano da ONU, nota-se a mesma tendência de avanço mais lento do que a média nacional observada na produção, mesmo com um período de dados disponíveis muito mais curto (desde 2005).

Nas três óticas analisadas, padrão de vida, educação e longevidade e segurança, esse período já é suficiente para identificar que o Estado tem diminuído o seu desempenho, principalmente em educação.

Em resumo, quando se analisa o desempenho econômico gaúcho na média dos últimos anos é perceptível o ritmo lento de avanço, e o reflexo disso nos indicadores sociais. Com isso, existe piora relativa em relação à média nacional.

No ano de 2013 o PIB gaúcho cresceu 5,8%. No entanto, esse crescimento é relativo, por que é resultado da comparação com a produção do ano anterior, em que o Rio Grande do Sul foi negativo em 1,8%.

Esse desempenho foi influenciado de forma decisiva pelo setor agropecuário, que, beneficiado pelas condições climáticas favoráveis, obteve um crescimento considerável, e elevou o resultado do PIB diretamente e por meio de sua influência na indústria e nos serviços. Característica já notória da economia gaúcha, a maior participação do setor agropecuário, tanto direta quanto indireta, na produção total, torna as condições climáticas

um importante determinante das oscilações econômicas do Estado em prazos mais curtos de análise.

Depender de condições climáticas e cambiais, exógenos à atuação da administração estadual, para se observar o PIB crescendo mais aceleradamente durante períodos curtos é, de forma óbvia, insuficiente para determinar a reversão da tendência de perda de participação na produção nacional.

Infelizmente, não existem evidências de que a economia gaúcha tenha ingressado de forma permanente em uma trajetória diferente daquela observada ao longo dos últimos 30 anos.

Diante desse cenário, nos propomos a ***criar um ambiente favorável ao empreendedorismo para gerar emprego e renda***. O Rio Grande do Sul precisa ser um estado capaz de atrair investimentos, e, principalmente, um lugar com as condições adequadas para o gaúcho empreender.

Um ambiente favorável ao empreendedorismo depende, principalmente, dos seguintes fatores, que são diretrizes deste programa:

Segurança Jurídica

Garantir a segurança jurídica dos empreendimentos instalados no Estado. Isso significa que o Rio Grande do Sul será um Estado onde há **leis estáveis e claras**, fatores decisivos para a tomada de decisão e manutenção de empreendimentos geradores de emprego e renda, no campo e na cidade.

Infraestrutura e Logística

É responsabilidade do Estado, através do seu governo, encontrar soluções para conceder a infraestrutura necessária para que empreendimentos geradores de emprego e renda possam se estabelecer e ter condições logísticas de receber energia, suprimentos e escoar a produção. Nestas condições, estão incluídas a melhoria e modernização das estradas, sejam elas grandes rodovias ou rodovias de escoamento da produção rural. Também será prioridade a pavimentação de todos os acessos de municípios que ainda não possuem integração asfaltada com a malha rodoviária.

Micro E Pequenas Empresas

Garantir às micro e pequenas empresas as condições diferenciadas e beneficiadas que lhes são concedidas pela Constituição Federal de 88, para que tenham condições de competir com os grandes negócios.

Com o apoio da Assembleia Legislativa e do SEBRAE/RS, unificar a Lei Geral Estadual, regulamentando e implementando, para os pequenos negócios, capítulos da Lei Complementar 123 que ainda não foram regulamentados no Rio Grande do Sul.

Indústria, Comércio e Serviços

Desenvolver projetos de incentivo à competitividade e desenvolvimento de cadeias produtivas, principalmente os arranjos produtivos locais. Criar um programa de incentivos que

atenda a todos os setores da economia. Combater a informalidade e a pirataria.

Agricultura e Pecuária

Fortalecer a agricultura familiar. Melhorar as condições das estradas para o escoamento da produção agrícola. Desenvolver projetos públicos de irrigação integrados à proteção dos mananciais, e elaborar planos de prevenção a calamidades climáticas, para evitar a perda da produção. Promover a tecnologia no campo, melhorando, principalmente o acesso ao telefone e internet. Estimular a criação de agroindústrias familiares e o turismo rural.

Inovação e Tecnologia

Apoiar incubadoras de empresas com foco em ciência, tecnologia e inovação. Integrar os Pólos Tecnológicos. Estimular parcerias entre o governo e instituições de ciência, tecnologia e inovação, com destaque para universidades e centros de pesquisa. Estimular a formação de pesquisadores, professores e infraestrutura com foco em ciência e tecnologia.

Desenvolvimento Regional

Atuar em parceria com os COREDES para desenvolver vocações econômicas regionais e elaborar políticas públicas que estimulem o desenvolvimento regional. Criar mecanismos de estímulo para que

empresas de regiões mais desenvolvidas possam gerar emprego e renda em regiões mais carentes do Estado.

Integração com o Mercosul

Desenvolver políticas públicas que fortaleçam os laços com os países vizinhos do MERCOSUL, nas áreas de integração comercial, logística e regulatória. Estabelecer parcerias que promovam, além da cooperação econômica, a integração cultural.

3. *MELHORAR A MOBILIDADE URBANA E AS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE*

Diretrizes de Mobilidade Urbana

Privilegiar o transporte público coletivo para assegurar boa qualidade para os deslocamentos cotidianos, que são a maior parte dos deslocamentos urbanos, articulados a rede multimodal que atenda à diversificação das motivações, horários e trajetos.

Melhorar o espaço público de pedestres para uso seguro e acessível, implantar ciclovias, e implementar políticas públicas que incentivem o transporte alternativo ao uso de automóveis, com o objetivo de diminuir os problemas de trânsito e melhorar as condições do ar que respiramos.

Habitação

Implantar um Programa Estadual de Habitações. Adequar o modelo de ocupação do território urbano ao planejamento de expansão das estruturas de transporte urbano das cidades e gerar a oferta mais estruturada de crédito às famílias, integrando os planos diretores urbanos e de saneamento.

Saneamento Básico

Outra ação que envolve infraestrutura e meio ambiente é o saneamento básico. Atualmente, o Rio Grande do Sul realiza, em média, apenas 15% da população é atendida com água tratada e coleta de esgotos. Estamos muito distantes da média nacional brasileira, que é de 50%, e da meta do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que é de 75%.

Estudos mostram que para cada real investido em saneamento básico, se economiza quatro reais com assistência médica. Diante do atraso do nosso estado em saneamento básico, ele se torna uma prioridade das ações de infraestrutura, saúde e proteção ao meio ambiente.

Diretrizes de Preservação Ambiental

Todas as ações voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura e da mobilidade urbana precisam levar em conta a preservação ambiental para garantir que a existência desta geração mantenha as condições de vida das gerações que nos sucederem.

Isso exigirá, por parte do governo, cuidados especiais com a legislação para que os licenciamentos ambientais sejam concedidos de forma a garantir a preservação ambiental. É necessário balancear a preservação do meio-ambiente com o desenvolvimento, através de regras claras e estáveis, e maior eficiência dos órgãos reguladores.

Precisamos, como exemplo, tratar com clareza e objetividade questões como Plano de Manejo do Delta do Jacuí e a APA do

Banhado Grande. Promover o Zoneamento Estadual Ecológico e Econômico, como instrumento da política de desenvolvimento sustentável do Estado, conforme previsto na legislação, permitindo uma maior transparência, regramento e segurança jurídica para os investimentos.

É urgente cumprir a legislação estadual de Resíduos Sólidos, a Lei Estadual 9921 de 1993. Passados 21 anos não há, nos órgãos públicos estaduais, uma política de gestão de seus resíduos. Iremos concluir o Plano Estadual de Resíduos Sólidos e instituí-lo, de forma efetiva.

Precisamos proteger os recursos hídricos, integrando a necessidade de desenvolver projetos de irrigação rural.

Proteger as características de nossa fauna e nossa flora, o Bioma Pampa, a Serra, a Campanha, os Campos de Cima da Serra e o Litoral, desenvolvendo oportunidades para a geração de renda com o ecoturismo.

Promover a sensibilização da sociedade através da educação ambiental nas escolas, apoiando iniciativas de ONGs sérias dedicadas à preservação do meio ambiente, e em todos os mecanismos de colaboração social.

Defesa Civil

O Rio Grande também precisa estar preparado para enfrentar calamidades climáticas. Nosso Estado já sofre com os efeitos do aquecimento global e sua influência nas condições climáticas, provocando calamidades públicas ora por causa do excesso de

chuvas, ora por causa da seca. Esse estado permanente de alerta exige o fortalecimento da defesa civil, e da elaboração de planos preventivos de combate à seca e às enchentes.

Energias Renováveis

Incentivar novos empreendimentos de geração de energia elétrica que utilizem a totalidade de alternativa de fontes de energia que o Estado detém, diversificando a matriz energética, como a ampliação dos Parques de Energia Eólica e utilizar recursos energéticos complementares, como o gás natural e a biomassa.

CASA ARRUMADA TAMBÉM É QUALIDADE DE VIDA

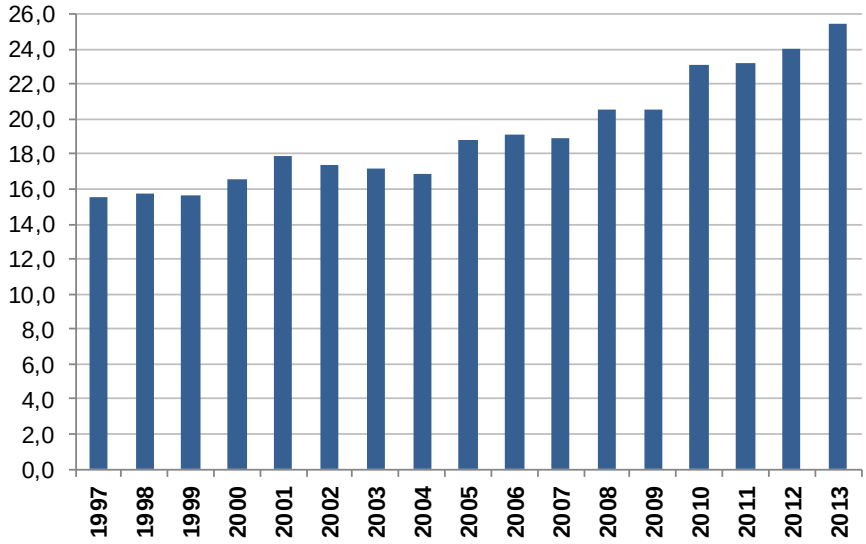
COMPROMISSOS PARA EQUILIBRAR AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO E AUMENTAR O INVESTIMENTO NO QUE TRAZ RESULTADOS PARA O CIDADÃO

O principal motivo da má qualidade dos serviços públicos e da infraestrutura no Estado do Rio Grande do Sul é o desequilíbrio das contas públicas. Os gastos com as despesas do dia a dia consomem todo o dinheiro que é pago pelos cidadãos na forma de impostos, sobrando pouco para investimentos que melhorem de verdade a vida das pessoas.

Infelizmente, o atual governo aumentou esse problema - e ainda cobrou mais impostos.

O ICMS é o principal imposto estadual, responsável pela maior parte da arrecadação tributária. E de 1997 a 2013, teve um crescimento real acumulado de 64,0% (média de 3,1% ao ano).

Evolução Arrecadação de ICMS – Valores reais a preços de 2014 (R$ bilhões), corrigidos pelo IGP-DI



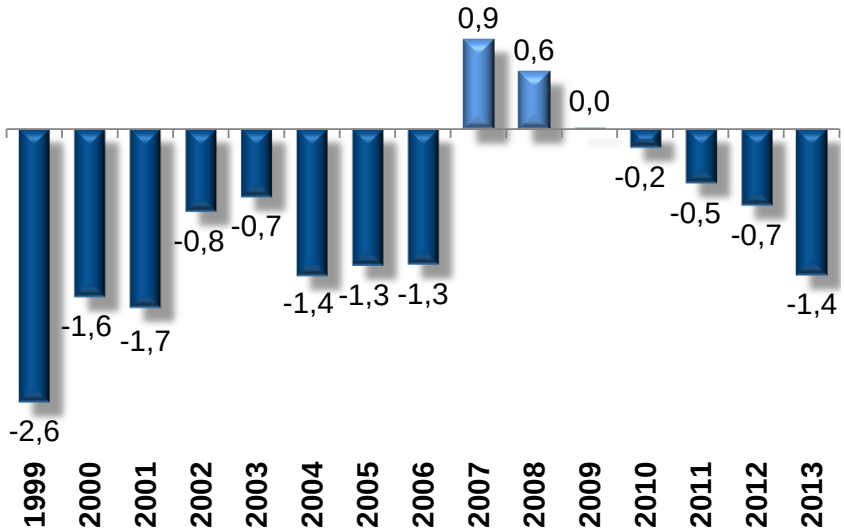
Fonte: Sec. Da Fazenda RS

Apesar de os gaúchos pagarem mais impostos, as dívidas do Estado aumentaram, os investimentos praticamente não existem e os serviços são cada vez piores. O cidadão tem um baixo retorno do Estado, pelos impostos que paga.

<u>COMPROMISSO 1</u>: CONTER O AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA E MELHORAR O RETORNO QUE O CIDADÃO TEM PELOS IMPOSTOS QUE PAGA.

À exceção de um curto período entre 2007 e 2009, ano após ano as contas do governo fecham no vermelho. Em 2013, por exemplo, houve um déficit fiscal de R$1,4 bi, equivalente a 5,0% da receita corrente líquida do ano.

Resultado Orçamentário Nominal do Governo do Rio Grande do Sul (Em R$ bilhões correntes)



Fonte: SEFAZ-RS

O problema financeiro do setor público estadual tem características estruturais e conjunturais. Entre repasses a municípios, pagamento obrigatório da dívida com a União e de precatórios e os gastos definidos por lei como proporção fixa da receita em educação, saúde e ciência e tecnologia, há um comprometimento prévio de cerca de mais de 60% da receita corrente líquida de cada ano. Todas as outras despesas do Estado, incluindo pessoal e gastos com secretarias e outros órgãos, somaram, nos últimos anos, cerca de 50% de sua receita, totalizando 110%.

Ou seja, o governo gasta 10% a mais do que arrecada! Em certa medida, isso é o resultado da má administração do dinheiro público, que gasta muito com secretarias e cargos em comissão

para atender a interesses de partidos, e não a interesses de Estado.

<u>COMPROMISSO 2</u>: GASTAR MENOS DO QUE SE ARRECADA, REDUZINDO SECRETARIAS E CARGOS EM COMISSÃO.

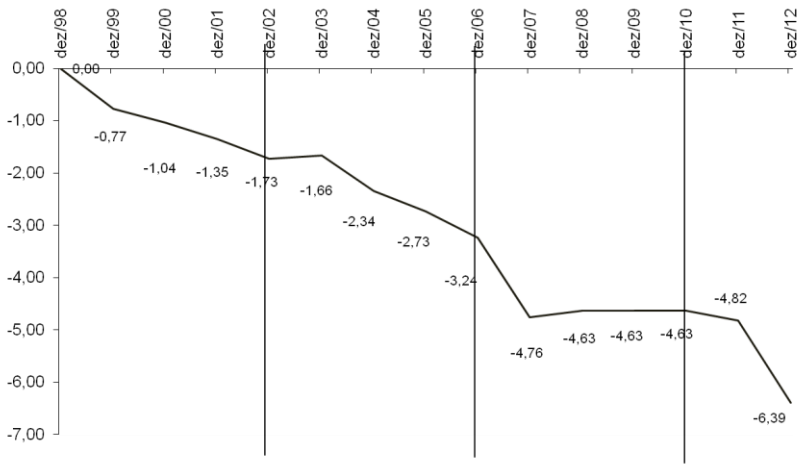
Acreditamos que essa é uma das maneiras de controlar os gastos públicos sem comprometer os serviços que são prestados ao cidadão.

Desde o fim da década de 1990, diferentes formas equivocadas de enfrentamento do déficit foram praticadas, como o saque de depósitos judiciais, elevação de tributos, o não cumprimento de despesas obrigatórias e o corte de investimentos.

Em apenas dois anos, 2011 e 2012, o governo fez quase R$2 bi em saques de depósitos judiciais. Esta também é uma forma de contrair dívidas – só que ainda mais perversa que as outras. Esses recursos são de gaúchos que estão resolvendo problemas com a justiça, e o governo pôs as mãos nesse dinheiro sem consultar os seus proprietários.

Esses saques foram feitos saques no caixa único do Estado, formado, em grande parte, com recursos de depósitos judiciais.

Evolução do Saldo do Caixa Único (SIAC) 1998-2006 (R$ Bilhões)



Fonte: Secretaria de Fazenda RGS

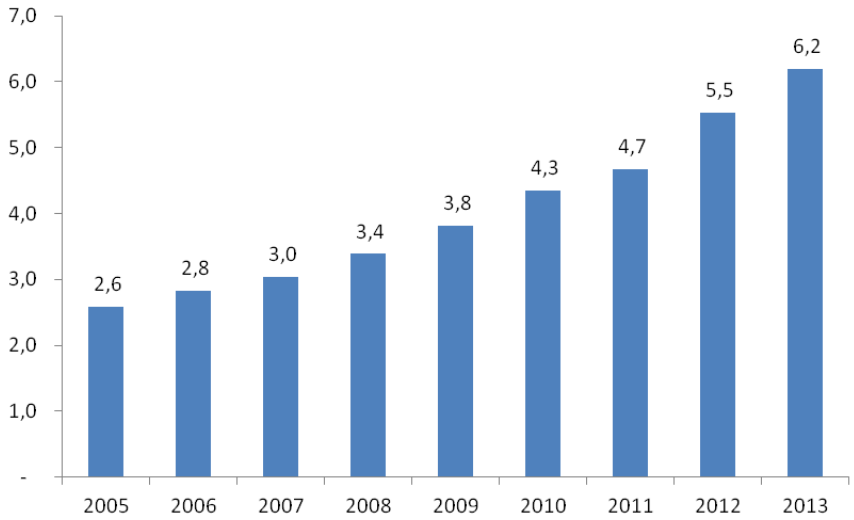
Este governo faz errado quando mexe no que não é dele. E, como não concordamos com o erro, assumimos o seguinte compromisso:

<u>COMPROMISSO 3</u>: NÃO REALIZAR SAQUES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS NO CAIXA ÚNICO DO ESTADO.

Outra causa dos problemas das finanças do Estado é o sistema de previdência pública. Dentre todos os estados do Brasil, o Rio Grande do Sul é o que mais gasta em previdência, em proporção a sua receita, com boa distância do segundo lugar. Além disso, as regras da previdência estadual permitiram que as contribuições previdenciárias recolhidas no passado dos atuais servidores aposentados, em parte não existam, já que começaram a ser descontadas dos salários há relativamente pouco tempo e, em

parte, não foram guardadas pelos governos no momento de recolhimento.

Déficit da Previdência Estadual



Fonte: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul

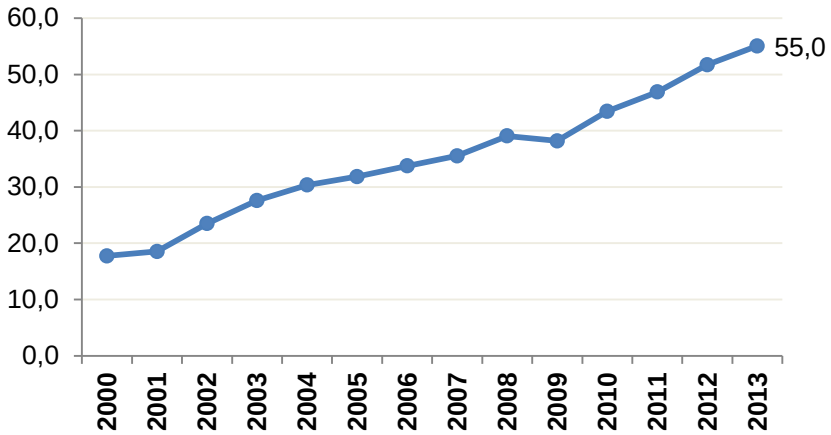
Considerada esta situação, não se pode estranhar que exista hoje um desequilíbrio enorme entre despesas e receitas previdenciárias no setor público estadual. Nos números mais recentes, do ano de 2013, do total de R$ 9,7 bilhões de despesas previdenciárias, apenas R$ 1,3 (13,4%) foram financiados por contribuições de servidores ativos. Assim, a diferença de R$ 8,5 bilhões, que excede em muito o que seria a contribuição previdenciária patronal proporcional teórica (R$ 2,6 bilhões), foi custeada pelo governo. Este valor representou no ano cerca de 30% da receita líquida estadual, percentual elevado que deixa evidente o tamanho do problema.

<u>COMPROMISSO 4</u>: REALIZAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL, GARANTINDO O PAGAMENTO DOS ATUAIS BENEFICIÁRIOS, E CRIAR UM FUNDO PARA GARANTIR O PAGAMENTO DAS APOSENTADORIAS DOS NOVOS INGRESSANTES NO SERVIÇO PÚBLICO.

Outro fator relevante para a má situação das finanças públicas,que teve origem no passado, é a dívida. Federalizada no fim da década de 1990 juntamente com a de outros estados, o custeio de seu serviço (juros e amortizações) consome 13,0% da receita líquida do Estado. Além disso, como há um limite máximo de pagamento estabelecido por lei que, por vezes, é inferior a parcela de pagamento que seria necessária para custear, pelo menos, os juros anuais, a formação de resíduos ao longo do tempo fez a dívida crescer significativamente, a despeito de todos os pagamentos realizados.

Dentre as 27 unidades federativas, o RS é o estado mais endividado: 55 bilhões de reais, que representam mais de 2 vezes a arrecadação de um ano inteiro.

Estoque da Dívida Consolidada Líquida com a União (saldo em 31 de dezembro de cada ano - R$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

Além disso, a taxa de incidente sobre a dívida do Estado, de 6,0% ao ano além da variação do IGP-DI, é alta para os padrões atuais do mercado. Esse fato, combinado com os limites legais de pagamento, tornou a dívida estadual impagável, devido à formação de resíduos que elevam seu total ao longo do tempo. Isso, por si só, justifica uma renegociação das condições de pagamento. E ainda, considerando a grave situação das finanças públicas estaduais, é necessária a redução dos juros, o que diminuiria os desembolsos anuais com amortização, liberando receitas para a realização de investimentos.

Entendemos que a cobrança de juros é um mecanismo de compensação utilizado em operações de crédito realizadas entre instituições comerciais, e não entre entes federados em uma república. O juro de mercado é o custo do dinheiro, e não deveria, portanto, servir para balizar relações financeiras entre entidades

que têm os mesmos objetivos, como o Estado e a União. Afinal de contas, o cidadão que vive no estado, também vive no país.

O atual governo estadual tentou obter a renegociação das dívidas e não conseguiu, pela negativa do governo federal. Esse é o principal exemplo de que o que foi propagado em 2010 sobre o "alinhamento das estrelas" não funciona: além de o governo não conseguir renegociar a dívida, demonstrou claramente a sua intenção de apenas abrir espaço fiscal para contrair novas dívidas, aumentando o problema e impedindo o avanço das negociações com o governo federal.

COMPROMISSO 5: RENEGOCIAR A DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, DIMINUINDO O ENDIVIDAMENTO E O PAGAMENTO DE JUROS.

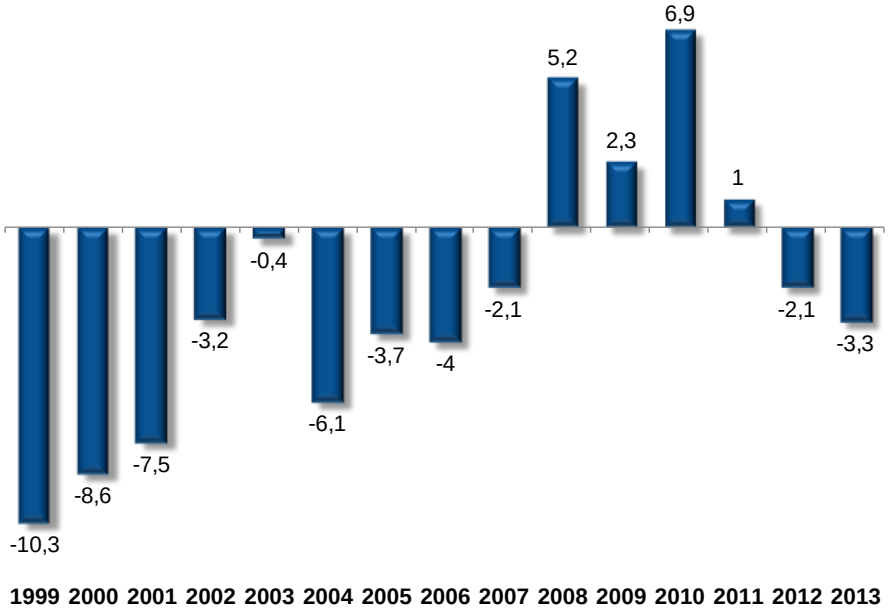
A grave consequência do déficit estrutural do governo estadual é a redução de sua margem para a realização de investimentos. Frente à falta de recursos para lidar mesmo com as despesas obrigatórias, as administrações estaduais tem utilizado o corte de investimentos como forma de enfrentar o problema.

Isso produz impactos negativos sobre qualidade de vida dos gaúchos, pois os recursos para investimentos vêm da parte do orçamento dedicada a melhorias nos serviços públicos e na infraestrutura. Portanto, é o dinheiro que deveria reformar escolas, construir hospitais, estradas, e aumentar a segurança dos gaúchos.

Com a situação atual, não sobram recursos para a realização de investimentos nos últimos anos. Na verdade, faltam recursos, pois a margem para investimentos é repetidamente negativa.

Margem para Investimentos nas Finanças Públicas Estaduais

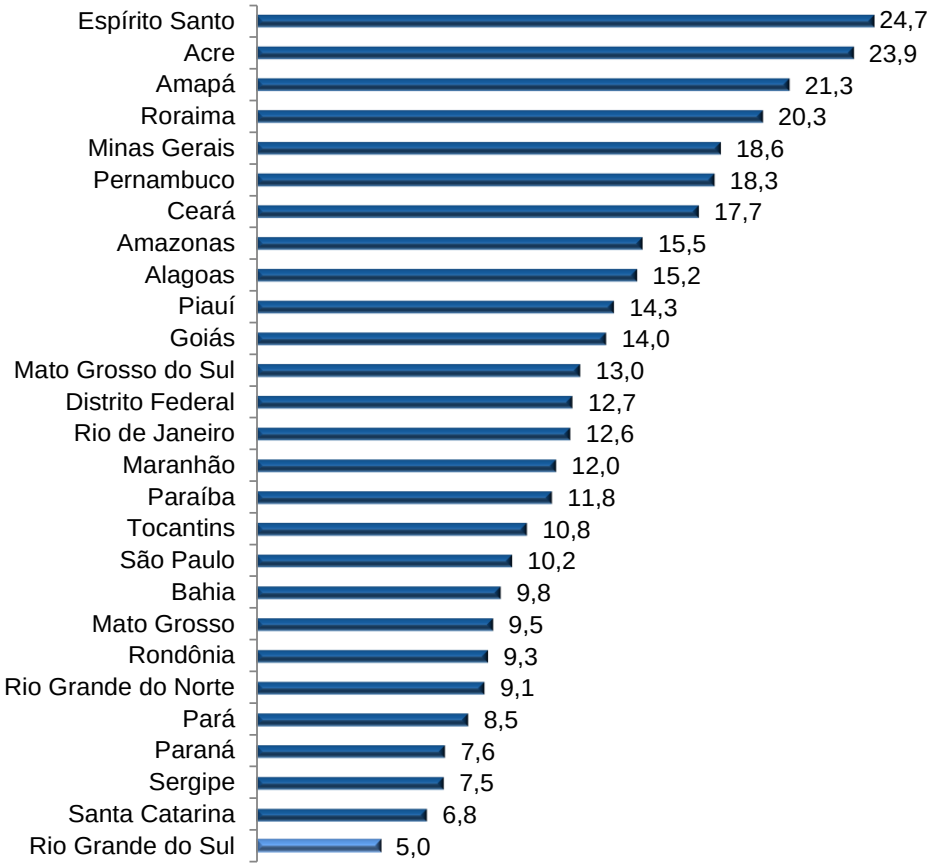
Em Percentual da Receita Corrente Líquida (%)



Fonte: Darcy Francisco Carvalho dos Santos - "O Rio Grande tem saída?" (2014)

Com isso, mesmo tomando empréstimos, o Rio Grande do Sul é, dentre todos os estados da Federação, aquele com menores investimentos públicos em proporção a suas receitas anuais.

Investimentos dos Governos Estaduais (Em Proporção da Receita Corrente Líquida, 2012)



Fonte: Tesouro Federal

COMPROMISSO 6: ELEVAR A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS, COM SERVIÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURA DE QUALIDADE

BIOGRAFIAS DA ESPERANÇA DO RIO GRANDE

ANA AMÉLIA LEMOS - PP
CANDIDATA À GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ana Amélia Lemos nasceu em 23 de março de 1945, em Lagoa Vermelha (RS). Filha mais velha de João Laureano de Lemos e Cilene Daros de Lemos, de uma família de nove filhos. Viúva do Procurador de Justiça e líder político Octávio Omar Cardoso. Concluiu o ensino básico em escolas públicas de Porto Alegre e o ensino médio, na cidade natal, graças a bolsa de estudos concedida pelo então governador, Leonel Brizola. Formada em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) de Porto Alegre (1967/1970), também com bolsa de estudo.

Foi balconista de loja, funcionária pública, secretária executiva e iniciou a carreira jornalística na Rádio Guaíba. em Porto Alegre. Em 1970, começou a trabalhar como repórter de economia no Jornal do Comércio, onde ficou sete anos. Em 1977 ingressou na RBS. Foi repórter de economia, produtora e apresentadora de TV até 1979, quando transferiu-se para Brasília, exercendo as mesmas atividades, até março de 2010, quando deixou o jornalismo para ingressar na carreira política.

Política

Em 2009, filiou-se ao Partido Progressista do RS e, no ano seguinte, teve lançada a candidatura ao Senado. Em 3 de outubro de 2010, foi eleita com 3.401.241 votos (29,54% dos votos válidos). Assumiu

o mandato em 1º de fevereiro de 2011, durante a abertura da 54ª legislatura. Em abril de 2011, foi escolhida presidente de honra do movimento da Mulher Progressista, estimulando a participação feminina na vida partidária e política.

Senado

Neste primeiro mandato no Senado, Ana Amélia está avaliada como uma das parlamentares mais atuantes, trabalhando em seis comissões permanentes: Comissão de Assuntos Econômicos (preside a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais); Comissão de Educação, Cultura e Esporte (vice-presidente); Comissão de Assuntos Sociais; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Também participa de comissões mistas como a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (membro da Comissão de Infraestrutura do Parlamento do Mercosul); Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição Federal; Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; Comissão Mista de Reforma do Regimento Comum; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves; Comissão Senado do Futuro e da Comissão Destinada a Debater e Propor Soluções para o Financiamento da Educação no Brasil. A senadora participou de importantes iniciativas, como a CPMI da Violência Contra a Mulher, em 2012, e da Comissão Temporária de Prevenção e Combate a Incêndios, em 2013, da qual foi presidente. Foi também requerente e relatora da Subcomissão Temporária de Políticas

Sociais sobre Dependentes Químicos, de Álcool, Crack e Outras Drogas.

Projetos

A produção legislativa da senadora Ana Amélia pode ser medida em números. De 2011 a 2014, apresentou 57 projetos de lei, dos quais, grande parte já aprovada em pelo menos uma das comissões temáticas. Pelo menos 16 já foram aprovados pelo Senado e remetidos à Câmara dos Deputados, e um – a Lei da Quimioterapia Oral – sancionado pela Presidência da República, está em vigor desde maio de 2014. Nesse período do mandato, a parlamentar progressista também apresentou quatro projetos de decreto legislativo, quatro projetos de resolução do Senado Federal e oito Propostas de Emenda à Constituição (PECs).

Destaques

Entre os projetos apresentados pela senadora Ana Amélia, o mais importante até agora no mandato é o PLS 352/2011, determinando que os planos de saúde incluam como direito de seus clientes a quimioterapia oral no tratamento do câncer. Esse projeto, de alto alcance social, foi aprovado pelo Congresso e sancionado pela presidente Dilma Rousseff em 14 de novembro de 2013, já está em vigor, beneficiando milhares de pacientes de câncer atendidos por planos de saúde.

Entre os projetos relevantes, na área econômica, está o PLS 330/2011, definindo um marco regulatório para a cadeia produtiva integrada na agropecuária. Essa iniciativa, que aguarda aprovação

na Câmara dos Deputados, traz segurança jurídica aos integrados no compartilhamento e na solidariedade de iniciativas como investimentos na produção, industrialização e comercialização dos produtos. O projeto resultou de amplo debate com setores da avicultura, suinocultura, laticínios e tabaco.

A senadora Ana Amélia também apresentou o PLS 76/11, que isenta aposentados e pensionistas do INSS com mais de 60 anos de idade do pagamento de imposto de renda. Esse projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 18 de agosto de 2011, passando para avaliação da Comissão de Assuntos Econômicos (CCE) e, se aprovado, passará a tramitar na Câmara dos Deputados.

No Senado, a senadora tem dado prioridade às questões da saúde, realizando audiências públicas e apresentando projetos de impacto para a população. Entre eles, o PLS 241/11, que inclui a linfadenectomia entre as condições que justificam a concessão do benefício de isenção do IPI na aquisição de veículos automotores; o PLS 240/11, que acaba com a carência para benefícios previdenciários de portadores de esclerose amiotrófica; o PSL 406/2011, que aguarda deliberação pela Câmara dos Deputados, garante o acesso às políticas de prevenção, detecção e tratamento do câncer de mama para mulheres com deficiência.

Como saúde tem sido prioridade do mandato, a senadora Ana Amélia propôs várias iniciativas com o objetivo de alertar a população quanto a importância da prevenção nas políticas públicas de combate ao câncer. Promoveu, por dois anos consecutivos, o Outubro Rosa no Congresso Nacional, movimento de conscientização sobre a necessidade da prevenção do câncer de mama para as mulheres. Também foi a responsável pela realização

do Novembro Azul, no Senado, para alertar sobre a relevância da prevenção ao câncer de próstata e dos cuidados da saúde do homem, pois esses são os dois tumores que mais matam mulheres e homens, no país, depois das doenças cardiovasculares.

Outros projetos de relevância da senadora são a PEC 39/2013, para aumentar em dois pontos percentuais o repasse do IR e do IPI para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); a PEC 48/2012, para que os candidatos à reeleição em cargos no Executivo tenham que se afastar do cargo no período da campanha; e o PRS 88/2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar o voto aberto na escolha do presidente da Casa, entre outros.

A parlamentar teve participação ativa no debate e na aprovação do Código Florestal, em 2012, aliando segurança jurídica e produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Relatorias

De 2011 até agora, a senadora relatou mais de 250 projetos nas diferentes comissões em que atua, trabalhando, decisivamente, para aprovação de medidas importantes à população. Entre elas, a Lei 12.802 de 2013, de autoria da deputada Rebecca Garcia (PP-AM), determina a cirurgia plástica reparadora da mama pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer no mesmo ato cirúrgico da mastectomia. Outra lei que teve a relatoria da senadora foi a 12.732 de 2012, de autoria do ex-senador Osmar Dias, estabelecendo o prazo máximo de até 60 dias para início do tratamento do câncer pelo SUS. As

duas iniciativas foram sancionadas pela Presidente da República e estão em vigor, faz um ano.

A Lei dos Free Shops (Lei 12.723/2012), de autoria do deputado federal Marco Maia, foi relatada pela senadora Ana Amélia no Senado. A legislação autoriza a instalação de lojas francas em municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades de países vizinhos. A lei, já sancionada, aguarda regulamentação da Receita Federal. A Lei 12.959/2014, de autoria do deputado federal Pepe Vargas, também foi relatada pela senadora e define o que é vinho colonial e como deve ser produzido e comercializado. A medida favorece os produtores familiares em todo o Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, onde a cadeia vitivinícola tem grande protagonismo sócio-econômico.

Outro projeto relevante relatado pela senadora foi o PLC 57/2013, de autoria do deputado Alceu Moreira, para retirar a obrigatoriedade do emplacamento de tratores e máquinas agrícolas do registro e licenciamento anuais. A iniciativa, vetada pela presidente da República, resultou, em seguida, em Medida Provisória para regulamentar o tema, atendendo à reivindicação dos produtores rurais. O projeto da inclusão de categorias no Simples Nacional (PLS 242/2007) e a Lei Geral da Copa do Mundo (12663 de 2012), também foram relatados pela senadora, na Comissão de Educação e no Plenário do Senado, respectivamente.

Audiências

A produção de um parlamentar não é medida apenas por propostas apresentadas, mas também no debate de temas de

interesse social. Por iniciativa da senadora Ana Amélia, foram realizadas, de 2011 até agora, 103 audiências públicas no Senado, abordando temas de grande alcance para a sociedade. Entre elas, a audiência pública e seminário destinados a discutir a epidemia de acidentes envolvendo motocicletas no Brasil. Da mesma forma, a discussão relacionada às dificuldades da autorização para as pesquisas clínicas de medicamentos no país; a discussão sobre políticas públicas de combate à obesidade, a efetividade da fiscalização sobre os fundos de pensão (aposentadoria complementar) e o acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

Também tiveram grande repercussão as audiências que trataram das causas do elevado preço dos automóveis fabricados no Brasil, endividamento dos produtores rurais (realizada na Expodireto-Cotrijal 2013), apagões de energia elétrica (promovida na Expodireto-Cotrijal 2014), a questão indígena e quilombola (realizada na Assembleia Legislativa), bem como a regulamentação da Lei dos Free Shops.

Distinções

Nos três anos e meio de mandato, Ana Amélia recebeu várias condecorações e prêmios em reconhecimento à sua atuação parlamentar. Foi escolhida, por três anos consecutivos, entre os dez melhores parlamentares do Congresso Nacional, pelo site especializado Congresso em Foco. Também esteve entre os cinco melhores parlamentares em outras categorias do referido prêmio: defensora dos municípios, em 2011; defensora dos servidores públicos e dos aposentados e defesa do consumidor, em 2012; e entre os parlamentares que mais atuam em defesa da educação, em 2013.

Em dezembro de 2011, a Revista Veja publicou o ranking dos melhores senadores e deputados federais do Brasil, elaborado pela publicação e pelo Núcleo de Estudos sobre o Congresso. Neste ranking, Ana Amélia ficou na segunda colocação. Apenas 0,1 ponto a menos que o primeiro colocado, senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Ana Amélia também esteve na lista dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional na avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) em 2012 e 2013. Em 2013, também foi considerada pelo Diap, a mulher mais influente do Congresso Nacional.

Em 2013, Ana Amélia recebeu a Grande Medalha, a mais alta comenda concedida pelo governo de Minas Gerais. Recebeu também as medalhas da Ordem do Mérito Judiciário, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 2011; do Mérito Industrial da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), em 2011, pelas ações contra a corrupção e pelo fim da impunidade); do Mérito Tamandaré, da Marinha, em 2013; da Ordem do Mérito Aeronáutico, em 2013; da Ordem do Mérito Militar, em 2013; Medalha Pedro Ernesto, conferida pela Câmara e Vereadores do Rio de Janeiro; do Mérito Nacional Transporte Ferroviário, entregue pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, em 2013.

Entre outros destaques, a senadora do RS recebeu o Troféu Semente de Ouro, da Expodireto/Cotrijal e Câmara de Vereadores de Não-Me-Toque, em 2011, bem como o Troféu Guri, no mesmo ano, conferido pela Rádio Gaúcha, e o Prêmio Destaque Político Nacional Senar/Jornal o Sul, em 2012. Também recebeu o Troféu

da OAB Nacional, em reconhecimento ao trabalho realizado no Congresso, também em 2012.

Gestão do gabinete

O gabinete de Ana Amélia, no Senado, é referência em produtividade, economicidade e qualidade de atendimento. A avaliação é das lideranças das mais importantes instituições, como Poder Judiciário, Ministério Público, OAB, prefeitos, vereadores, organismos da sociedade civil como Apaes, sindicatos de categorias profissionais, entidades patronais e de trabalhadores.

Marca do gabinete é a austeridade em relação aos gastos dos valores da cota parlamentar. Nos três anos de mandato, a senadora apresentou redução das despesas. Em 2011, foram utilizados apenas 30% da cota, no ano seguinte 28%, e, em 2013, os gastos foram de 26% da cota distribuída para custeio das atividades parlamentares.

A senadora gaúcha substituiu a impressão de discursos ou materiais de divulgação do mandato na cota gráfica, pela distribuição de livros para estudantes e instituições de ensino. Do início do mandato até agora, foram distribuídas cerca de 45 mil publicações, entre as quais Constituição Federal, Código Civil, Código Penal, Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente e cartilha sobre direitos dos pacientes de câncer, editada pelo gabinete, em parceria com a advogada de Pernambuco, Antonieta Barbosa. Para reforçar o compromisso com práticas de gestão transparentes, a senadora divulga todas as suas atividades, por meios eletrônicos.

O gabinete aparece entre os que possuem menor número de funcionários. São 20 colaboradores, mesmo que o limite permitido seja de 59. A senadora também abriu mão do auxílio-moradia, não recebe a ajuda de custo denominada 14º e 15º salários, em 2012, e votou para que esse benefício fosse extinto, em projeto já aprovado pelo Senado. Ana Amélia também é autora de projeto de lei, que aguarda apreciação do Plenário do Senado, que veda ajuda de custo a parlamentares reeleitos, no começo de cada mandato (PDS 151/2013).

Fundação Milton Campos

Ao assumir a presidência da Fundação Milton Campos, em 9 de maio de 2013, a primeira decisão da senadora Ana Amélia Lemos foi consolidar análise do trabalho realizado até então e formular um novo planejamento estratégico. Nas primeiras semanas, com a ajuda do Conselho Consultivo da Fundação e de especialistas, várias reuniões foram promovidas para definir metas e diretrizes gerenciais. Ajustar, enfim, a Fundação Milton Campos aos princípios que regiam o próprio mandato da senadora Ana Amélia: dar protagonismo às pessoas, fazer mais com menos e promover, sempre, a transparência.

O documento com o Planejamento Estratégico da Fundação foi apresentado, discutido e aprovado pela Executiva Nacional do Partido Progressista. Seus pontos principais foram a Sinergia, a Gestão Eficiente e a Administração baseada na regra, não na exceção. A equipe foi ampliada para que a instituição pudesse avançar com novas missões e projetos.

Nos primeiros dias, a FMC começou a operar fortemente nas próprias redes sociais, com a criação da página da instituição no Facebook e a contratação de um novo site na internet. A resposta foi rápida e em pouco mais de um ano, o número de seguidores passou de 5 mil. A linha editorial da Fundação Milton Campos também foi revista. Alinhando-se à diretriz da boa governança, as várias publicações foram reduzidas a uma: a nova revista Gestão Progressista. Seu foco é divulgar as experiências administrativas exitosas e o trabalho parlamentar das lideranças do Partido Progressista. Mostrar aos militantes, filiados e simpatizantes como trabalham seus líderes, na atividade política.

Enviada por meio de mala direta composta de pessoas interessadas, que fazem o pedido por e-mail, a revista Gestão Progressista já alcança tiragem de mais de 30 mil exemplares. Desde maio de 2013, foram distribuídos mais de 200 mil exemplares, em seis edições.

Na agenda de atividades da FMC, foi ampliado o prêmio para Monografia, que envolveu debate sobre a "Redução da Maioridade Penal: Sim ou Não?" As publicações de apoio para as eleições de 2014 passaram de 20 mil exemplares, incluindo o Estatuto, o Manual das Eleições e a Legislação Eleitoral.

Para oferecer uma base sólida para o programa partidário nas eleições de 2014, a Fundação Milton Campos também realizou pesquisas qualitativas em treze Estados.
O programa de educação à distância foi um projeto inovador. Por meio de contrato com o Instituto de Educação Superior de Brasília, uma moderna plataforma passou a oferecer cursos de curta e média duração, reconhecidos pelo MEC e tratando de temas como contas de campanha, marketing político, análise de pesquisas e

redes sociais. Entre maio de 2013 e julho de 2014, foram mais de 2.200 alunos inscritos.

Os movimentos do Partido Progressista também têm recebido apoio constante da Fundação Milton Campos. Os encontros nacionais da Mulher Progressista e da Juventude Progressista foram patrocinados pela Fundação, que decidiu, também, financiar eventos de formação organizados e conduzidos em cada estado, de forma descentralizada, com a atribuição de responsabilidades e protagonismo a todos.

O Movimento da Mulher Progressista realizou eventos em seis Estados, com 50 Municípios atendidos. A Juventude Progressista conseguiu organizar 90 eventos municipais, espalhados por 11 estados. Programas consagrados, como o seminário Drogas Por Quê?, foram ampliados. Ao todo, nove estados realizarem esses eventos, em um total de 26 cidades. Os Seminários Progressistas, sempre organizados em bases estaduais, promoveram cursos de gestão pública e formação política em dezenas de cidades. Foram 14 Estados atendidos, com 86 eventos diferentes.

Por fim, há destaque para os seminários sobre redes sociais. “A Nova Política em tempo de Redes Sociais”, iniciado com formato convencional, com palestrantes contratados, evoluiu para uma troca de experiências de sucesso da gestão do trabalho político em redes sociais, gerando demanda por eventos nas cidades do interior e nos Estados mais distantes. Seja voltado para dirigentes e militantes, seja para o público em geral, o seminário “A Nova Política” é, em si mesmo, um evento político. Foram realizados seminários em 30 cidades, espalhados por 13 estados diferentes. No total, a Fundação Milton Campos organizou e patrocinou, desde

o início do mandato da senadora Ana Amélia Lemos, 282 eventos, com cerca de 60 mil participantes.

CASSIÁ CARPES – Solidariedade
CANDIDATO À VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Cassiá Carpes nasceu em São Borja em 1953. No ano de 1977 veio para Porto Alegre. É casado com Christiane Amorim Carpes, pais de Bruno e Juliana. Cassiá foi criado numa cidade que deu ao País líderes como Getúlio Vargas e Jango, e com isso, acostumou-se desde cedo com a política.

Sua paixão também era o futebol e iniciou sua carreira como jogador no São Borja. Jogou em diversos clubes, treinou grandes clubes do futebol brasileiro, também é radialista, tendo trabalhado em programas esportivos.

Em 2000, elegeu-se para o primeiro mandato como VEREADOR da Capital, tendo sido reeleito em 2004 com a maior votação do seu partido na época, na Capital. Na Câmara Municipal, foi presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e líder da sua bancada. Sempre combativo e com posições firmes, defendeu os interesses da população e fiscalizou com rigor o Executivo Municipal enquanto vereador.

Por sua postura séria e ética, foi convidado no seu segundo mandato de vereador, a ser o secretário municipal de obras e viação na primeira gestão do governo Fogaça na Prefeitura de Porto Alegre. Como Secretário da SMOV, concluiu a grande obra da Terceira Perimetral, interrompida pelo governo anterior, fez a revitalização asfáltica da cidade, a abertura da Av. Salgado Filho com Dr. Flores, a rótula da Vila Nova, colocou sinalizações e lombadas tão necessárias na Restinga, asfaltou o passeio da Av.

Beira-Rio, concluiu obras atrasadas do Orçamento Participativo, aprovou o projeto de eficientização de iluminação pública para economia de luz, aprovou os projetos de duplicação das avenidas Vicente Monteggia e Edgar Pires de Castro, entre muitos outros feitos em apenas um ano.

Em 2006, elegeu-se para seu primeiro mandato como Deputado Estadual com 23.430 votos, destes, mais de 12 mil na Capital e mais de 8 mil em São Borja, sua Terra Natal. Na Assembleia, como em sua vida, sempre com posições firmes, fortes e combativas, lutando pelo povo e ao lado do povo, das classes trabalhadoras e pela justiça social.

No primeiro ano como deputado, foi líder da bancada do partido na Assembleia e vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça. No segundo ano foi escolhido primeiro vice-presidente da Mesa Diretora, tendo, por inúmeras vezes, assumido a presidência da Casa e representado a Assembleia em eventos oficiais. Em 2009, Cassiá foi o 4º secretário da Mesa Diretora, participou das comissões de Finanças e Planejamento; Saúde e Meio Ambiente e foi Presidente da Comissão Especial para diagnosticar a prática desportiva nas escolas públicas.

Cassiá, desde o seu primeiro ano de mandato como deputado é um dos parlamentares mais presentes nas Sessões Plenárias e nas reuniões das comissões e um dos que mais economiza com as cotas do Parlamento.

Em 2009, recebeu em Brasília o Prêmio Mérito Legislador por ter entre seus projetos de lei, o que “Obriga a instalação de caixas para uso privativo de deficientes, idosos e gestantes no andar térreo dos estabelecimentos bancários que tenham atendimento

de caixas, exclusivamente em andares superiores, exceto os que possuam elevadores", escolhido pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro como um dos 150 melhores projetos do país. Hoje esse projeto já foi aprovado e sancionado – é Lei Estadual 12.885/ 2008.

Em 2010, presidiu a Comissão de Assuntos Municipais no Parlamento Gaúcho. É o deputado mais presente nos 04 anos de seu mandato. Na última eleição, reelegeu-se para seu segundo mandato como Deputado Estadual com 30.817, tendo sido o mais votado do partido na Capital, nas duas vezes em que se elegeu deputado estadual.

Cassiá, atualmente, é o corregedor da Comissão de Ética da Assembleia e membro titular das Comissões de Assuntos Municipais e Cidadania e Direitos Humanos e Presidente da Comissão Especial que debaterá problemas de infraestrutura e logística na Faixa de Fronteira.

SIMONE DIEFENTHAELER LEITE - PP
CANDIDATA À SENADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Simone Diefenthaler Leite é casada e mãe de 2 meninos. Naseu em Estância Velha em 1977, e hoje tem 37 anos.

Iniciou a vida profissional como professora de história, lecionou 6 anos em escola pública. *"Naquela época eu já acreditava que política era uma coisa bonita e que poderia transformar a vida dos jovens alunos".* Aos 18 anos filiou-se no PSDB, onde tinha como amigo e mestre o saudoso Júlio Redecker.

Com a vida pautada por desafios e escolhas, Simone tornou-se empresária e mudou-se para a cidade de Canoas. *"No intuito de fazer a minha parte, decidi colocar energia nos assuntos relacionados ao desenvolvimento através do empreendedorismo."*

Simone foi Secretária de Desenvolvimento Econômico de Canoas por dois anos (2009 -2011). *"Como secretária reduzimos imposto e aumentamos a arrecadação em Canoas e criamos o Escritório do Empreendedor - desburocratizando, agilizando, e centralizando o atendimento"*, lembra.

Filiou-se no Partido Progressista em 2012 a convite da Vice Prefeita de Canoas ,Beth Colombo.

É Presidente da CICS - Camara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas. 1a. presidente em 74 anos de existência da entidade (2011 a 2013 e reeleita 2013 a 2015).

Foi vice presidente da regional Vale do Sinos da FEDERASUL (2011 - 2013) e atualmente é Vice Presidente de Integração do RS do sistema FEDERASUL.

"Como VP da FEDERASUL tenho percorrido o nosso estado debatendo sobre as demandas dos micro e pequenos empreendedores - infraestrutura, burocracia,carga tributária, educação"

Conselheira de empresas, Simone tem palestrado em diversas cidades do RS. *"Apesar da evolução e da igualdade conquistada, as mulheres de hoje ainda sofrem por causa da dupla jornada, dos filhos, do amor, da violência. Vivemos novas conquistas e velhos dilemas."*

Em 2013, Simone Leite foi uma das lideranças ativas que mobilizou o varejo gaúcho em torno do movimento CHEGA DE MORDIDA e, com apoio dos Deputados Estaduais, derrubaram o IMPOSTO DE FRONTEIRA, através de um Decreto Legislativo.

Em 2014, recebeu da Câmara Municipal de Canoas o Premio Picucha Milanez, uma indicação em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade.

Agora, incentivada pela Senadora Ana Amélia, candidata ao governo estadual, Simone Leite disputa uma vaga ao Senado.

"Foi uma surpresa, mas também uma grande honra ser indicada para concorrer ao Senado. Hoje entendo que a política está presente em todos os aspectos da vida social. Há política nas relações familiares, nas relações escolares, há política dentro das

empresas. Sou candidata porque estou incomodada com o jeito que fazem política, sou idealista e anseio por mudanças."

"Estou convicta que precisamos fazer a boa política, com diálogo, com ética, com coragem e determinação de representar a sociedade gaúcha. Precisamos desburocratizar e SIMPLIFICAR para que nossa gente deixe de perder tempo e viva com mais qualidade de vida. Diálogo e união - vamos adotar uma postura colaborativa, de participação e conscientes de que união traz robustez ás ideias, garante força aos projetos e acalenta o sonho de assegurar, pelo menos, um caminho para a solução coletiva dos problemas que estão presentes no nosso dia a dia."